

Em reunião com representantes do governo, trabalhadores da Ceasaminas são informados sobre o processo de privatização



No dia 19/08, foi realizada uma reunião com os (as) trabalhadores (as) da Ceasaminas para tratar do processo de privatização da empresa. Participaram da reunião dois representantes do governo, entre eles, o Secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria e também um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em meio a uma série de incertezas, os trabalhadores foram informados de que, após a privatização, os mesmos teriam 12 meses de estabilidade e, após esse período deveriam optar por permanecer na empresa ou sair por meio de um Programa de Demissão Voluntária (PDV). A alocação para outros órgãos públicos, segundo o Secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord de Faria, não seria possível, pois é considerada inconstitucional. Para o SINDSEP-MG, inconstitucional é vender uma empresa pública que não visa ao lucro, ameaçar o desabastecimento em diversas regiões do estado e, principalmente, demitir centenas de trabalhadores (as) que após anos de dedicação à empresa serão simplesmente descartados. A norma publicada no DOU não esclarece como ficará a situação dos outros entrepostos da Ceasaminas situados em Uberlândia, Juiz de Fora, Barbacena, Governador Valadares e Caratinga.

Os (as) trabalhadores (as) foram informados ainda que a empresa que vencer o leilão e assumir o controle da Ceasaminas ficará responsável pelos passivos trabalhistas e jurídicos.

Preço de banana

As condições para a venda das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais foram publicadas em uma resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, órgão ligado ao Ministério da Economia, em abril deste ano. A proposta de privatização consiste em duas partes. Uma delas é a venda da operação da Ceasaminas e dos terrenos que pertencem à União. A outra, diz respeito ao Mercado Livre do Produtor (MLP) – onde pequenos produtores comercializam seus produtos –, que pertence ao governo de Minas e será objeto de uma concessão.

Tanto a concessão do MLP quanto a venda da Ceasaminas devem ser operacionalizadas em um único leilão previsto para ocorrer em novembro. O pregão prevê três modalidades de lances: uma oferta pelos terrenos livres de Contagem, no valor mínimo de R\$ 161 milhões; proposta pelas ações da União na empresa, ou seja, pela operação da Ceasaminas, no valor mínimo de R\$ 91 milhões; e ou um lance combinando as duas

coisas – a operação e os terrenos –, no valor mínimo de R\$ 253 milhões. Um valor que não é nem 10% do que ela vale.

Embora ainda não tenham sido cumpridas todas as etapas para o lançamento do edital, a expectativa da Secretaria é que ele seja enviado para o Tribunal de Contas da União (TCU) após a realização de audiência pública prevista para agosto. A partir de então, o TCU tem um prazo de 90 dias para emitir um parecer.

Trabalhadores da saúde e da educação pedem na Câmara o arquivamento da reforma administrativa

Representantes dos servidores públicos pediram à Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 18/08, o arquivamento da reforma administrativa prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Executivo. O pedido foi feito durante audiência pública na Comissão Especial que analisa o projeto.

A PEC modifica diversos dispositivos constitucionais sobre a contratação, a remuneração e o desligamento de servidores e empregados públicos da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios. As principais alterações são o fim da estabilidade no emprego para novos contratados, exceto os de carreiras definidas como típicas de Estado, e a substituição do atual estágio probatório por uma avaliação de desempenho ainda na fase final do concurso público.

Representantes do Conselho Nacional de Saúde – instância colegiada do Ministério da Saúde que reúne usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) aprovaram no um documento recomendando o arquivamento da PEC pela Comissão Especial.

A PEC 32/20 propõe um “radical e profundo desmonte” do Estado brasileiro. Sua aprovação representa uma quebra de contrato de direito constitucional, o desmonte das políticas atuais, com redução do acesso a serviços públicos, que certamente terão a qualidade comprometida.

Impessoalidade

O novo modelo de contratação que prevê o contrato de experiência como fase final do concurso público, em substituição ao estágio probatório, é, na verdade, uma espécie de adicional de seleção que rompe com a impessoalidade. O trabalhador poderá não ser efetivado caso exista interesse na contratação de algum apadrinhado político que esteja atrás na classificação.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo Filho, rebateu a ideia do governo federal de que a PEC vai reduzir os gastos públicos e tornar o Estado mais eficiente. Para ele, a economia deve servir às pessoas e não o contrário. Segundo ele, a PEC 32/20 deve ser rejeitada por restringir os direitos da população e de servidores públicos e por transformar o Estado brasileiro “em um grande balcão de negócios”.

Novo substitutivo

As audiências vêm trazendo elementos para que o relator da PEC, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), modifique a proposta ou recomende sua rejeição. Os salários maiores estão fora da reforma. A reforma vai cortar de quem ganha menos. O texto da PEC não atinge magistrados, militares nem integrantes do Ministério Público e do Poder Legislativo.

Apesar da pressão contra a reforma administrativa (PEC 32), o relator da matéria na Comissão Especial, deputado Arthur Maia (DEM-BA), está decidido a acelerar os trabalhos e entregar, na próxima semana, um substitutivo ao texto do governo. O parlamentar também vai incluir no seu parecer a definição das carreiras consideradas exclusivas de Estado — as únicas que terão a garantia de estabilidade se a PEC for aprovada.

O deputado também reforçou o que já vem sinalizando nas audiências da comissão: os critérios para avaliação de desempenho estarão no seu relatório. A intenção do relator é conceituar e sugerir uma avaliação feita pelo site do governo e que seja sobre um período extenso, de 4 a 5 anos para conclusão.

Diga não à PEC 32, e ao desmonte dos Serviços Públicos!

Assine petição pública em apoio à PEC 101, que garante plano de saúde aos intoxicados da antiga Sucam

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 101/19, que garante plano de saúde aos intoxicados da antiga Sucam, já ganhou parecer favorável da relatora, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJD) da Câmara. Mas até a matéria chegar ao plenário da casa e conseguir também o aval do Senado, ainda existe um longo caminho a ser trilhado. Por isso, a luta continua e o SINDSEP-MG pede o apoio de todos (as) para assinarem a petição pública para pressionar os parlamentares. Acesse: https://www.peticao.online/sos_sucanzeiros_do_brasil

A PEC 101/2019, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSB/RO), irá favorecer os servidores admitidos até 31 de dezembro de 1988, que tiveram contato com o inseticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano, conhecido como DDT e outros inseticidas, durante a execução das políticas de estratégia de saúde pública para o combate de endemias como a malária, por exemplo. Naquela época, o contato com essas substâncias já era proibido em diversos países do mundo, mesmo assim, o uso no Brasil ocorreu até o início dos anos 90 e acarretou problemas irreversíveis de saúde para os servidores.

As consequências mais comuns dessa intoxicação são o câncer de cabeça e a leucemia, além disso, a maioria dos trabalhadores não era submetida a exames regulares e até hoje continuam desassistidos em questão de saúde e temendo uma morte precoce.

O governo insiste que não existe ligação das doenças relatadas ao uso dos inseticidas. Mas, segundo a PEC 101, dados, óbitos e laudos judiciais sugerem correlação direta com o processo de intoxicação dos profissionais. No entanto, ela só pode ser identificada através de necropsia e análise dos órgãos viscerais, um exame caro e que não garante indenização dos familiares.

A PEC 101 justifica ainda, que a grande maioria desses profissionais está sem assistência médica e tratamentos especializados por questões financeiras, como baixos salários, situação essa que agrava a qualidade de vida desses trabalhadores.

Com perda salarial significativa nos últimos anos e alta tarifa dos planos de saúde, tudo que os "Sucanzeiros" pedem é que o governo arque com essa despesa médica.

Os valores dos planos de saúde estão cada vez mais altos. Hoje, com seus proventos congelados há anos, esses trabalhadores estão sem condição nenhuma de pagar por qualquer assistência médica. Importante lembrarmos que todos prejudicaram a sua saúde por estarem desempenhando suas funções como servidores.

